



Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

ESTADO DE SÃO PAULO

APROVADO
POR UNANIMIDADE

MOÇÃO N.º 116 /2015

Apresentamos à Mesa, ouvido o Douto Plenário e dispensadas às formalidades regimentais,

S.S. 21 ABO 2015

Presidente

MOÇÃO DE APOIO

CONSIDERANDO que, em dezembro de 2014, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a criação de 973 (novecentos e setenta e três) novos cargos de servidores efetivos: sendo 356 (trezentos e cinquenta e seis) novos cargos de Analista Judiciário — Área Judiciária; 90 (noventa) novos cargos de Analista Judiciária — Oficial de Justiça Avaliador Federal; 147 (cento e quarenta e sete) novos cargos de Analista Judiciário — Área Administrativa; 380 (trezentos e oitenta) novos cargos de Técnico Judiciário;

CONSIDERANDO que o Projeto de Lei n 8256/2014 foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), sendo o mesmo encaminhado à primeira das Comissões — Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) — para apreciação do mérito, na qual já foi votado e aprovado por unanimidade em sessão ordinária deliberativa do dia 27-05-2015 — (tendo sido o relator do Projeto de Lei nessa Comissão o Deputado Augusto Coutinho do partido SD-SE). Após a aprovação, o Projeto de Lei foi encaminhado para essa Comissão da Câmara — CFT — tendo sido designado relator o Deputado Celso Maldaner do partido PMDB-SC;

CONSIDERANDO que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT 15ª Região), com sede em Campinas-SP, possui jurisdição em 599 municípios, sendo este município que o subscreve um destes que será beneficiado com uma prestação jurisdicional mais célere;

CONSIDERANDO que é de conhecimento notório de todos os magistrados, servidores, advogados e da população que se utiliza dos serviços abrangidos por esta jurisdição que o Tribunal recebe grande demanda de processos, vindo a sustentar ao longo de vários anos o segundo maior volume de processos recebidos no país, superando a significativa marca de um milhão e duzentos mil processos desde o ano de 2006;

CONSIDERANDO que, segundo dados estatísticos relacionados a movimentação processual na Justiça do Trabalho do TRT 15, a estrutura organizacional e funcional do Tribunal não acompanhou o crescimento da demanda processual desinente, principalmente em razão da ampliação da competência material da Justiça do Trabalho, por meio da Emenda Constitucional n.º 45;



Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

ESTADO DE SÃO PAULO

CONSIDERANDO que, embora o TRT da 15ª Região venha buscando manter o elevado nível de excelência na prestação jurisdicional e na gestão administrativa, embora tenha buscado manter o nível estabelecido pelo CNJ de processos encerrados, o volume de serviços continua, progressivamente, ultrapassando a paridade entre a demanda e seu pleno atendimento;

CONSIDERANDO que o Projeto de Lei n.º 8256/2014, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST) visa a proporcionar qualidade e celeridade na prestação jurisdicional sob a competência do TRT da 15ª Região;

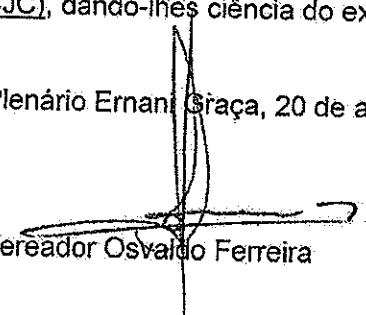
CONSIDERANDO que o aumento de ações trabalhistas verificado nos últimos anos, inclusive em razão das novas competências atribuídas aos Tribunais do Trabalho por meio da Emenda Constitucional n.º 45, fez com que os municípios da 15ª Região passassem a exigir providências de modo a conferir qualidade e celeridade da prestação jurisdicional;

REQUEIRO à Mesa, ouvido o duto Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, sejam consignadas em ata de nossos Trabalhos **MOÇÃO DE APOIO** ao Projeto de Lei n.º 8256/2014, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, encaminhado ao Congresso Nacional por seu presidente, **Ministro Antônio José de Barros Levenhagen**, que cria **973 (novecentos e setenta e três)** novos cargos de servidores efetivos para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região.

Que sejam enviados ofícios ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região, Desembargador Lorival Ferreira dos Santos, a Dra. Naira Blanco Machado, MM. Juíza de Direito da Comarca de Bananal e a Dra. Márcia Reis, DD. Representante da OAB em Bananal.

REQUEIRO ainda, sejam enviados ofícios ao Presidente da Câmara dos Deputados Federais, Eduardo Consentino da Cunha, a Presidência da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça e a Presidência da Cidadania (CCJC), dando-lhes ciência do exposto e solicitando-lhes apoio

Plenário Ernani Graça, 20 de agosto de 2015.


Vereador Osvaldo Ferreira